



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado Profissionalizante

Unidade curricular

Direito Processual Penal II

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Carlota Júlia Seabra Pizarro de Almeida – 2 horas semanais (1.º Módulo)
Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão – 2 horas semanais (2.º Módulo)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

A unidade curricular é lecionada apenas pelas docentes responsáveis.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Aprofundar os conhecimentos de direito processual penal adquiridos na licenciatura, nomeadamente os temas mais relevantes quando consideradas as implicações a nível de princípios e garantias ou a crescente importância face à evolução recente do fenómeno criminal.

Conteúdos programáticos

Investigação criminal, prova e recursos em Processo Penal

1.º Módulo: Garantias de defesa: *nemo tenetur se ipsum accusare*. Prova: conceito, meios de prova, proibições de prova. Criminalidade económica. Cooperação judiciária internacional em matéria penal.
2.º Módulo: Recursos em Processo Penal.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias foram escolhidas tendo em conta a sua importância relativamente aos direitos e liberdades constitucionalmente protegidos e, por outro lado, a sua relevância para questões polémicas da atualidade, tendo em vista a familiarização dos alunos com as mais recentes tendências do processo penal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A matéria será lecionada em aulas teórico-práticas, sendo os alunos convocados a participar ativamente. A avaliação final efetuar-se-á através de exposições orais ou escritas sobre temas do programa e um teste escrito final.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adotada permite desenvolver o espírito crítico e a perceção dos principais problemas suscitados pela aplicação dos regimes legais no âmbito das matérias do programa.

Bibliografia principal

1.º Módulo:

AA.VV. : *Direito Penal Económico e Financeiro* (coord.: Maria Fernanda Palma *et al*), Coimbra, 2012. *Mudar a Justiça Penal – Linhas de reforma do processo penal português* (coord.: António João Latas), Coimbra, 2012. *Casos Práticos Resolvidos – Direito Processual Penal* (coord.: Paulo de Sousa Mendes), Lisboa, 2011. *As alterações de 2010 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal* (coord.: Rui do Carmo e Helena Leitão) CEJ, Coimbra, 2011. (2010) *2.º Congresso de Investigação Criminal* (coord.: Maria Fernanda Palma *et. al*), Coimbra: Almedina. *Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Figueiredo Dias* (coord.: Manuel da Costa Andrade *et. al.*), vols. I e III, Coimbra, 2010. *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano 1, n.º 1 (Janeiro-Março), 2010. *Elementos de Estudo – Direito Processual Penal* (coord.: Paulo de Sousa Mendes), Lisboa (reimp., 2010), 2009. *Que Futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português* (coord.: Mário Ferreira Monte *et. al.*), Coimbra, 2009. *A reforma do Direito Processual Penal português em perspectiva teórico-prática*, RPCC (número especial), 2009. *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e Eficácia* (coord.: José Mouraz Lopes), Coimbra, 2009. *Jornadas sobre a revisão do Código de Processo Penal – Estudos*, Revista do CEJ, n.º 9 (especial), 2008. *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (coord.: Maria Fernanda Palma), Coimbra, 2004. ANDRADE, Manuel da



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Costa: *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimp., 2006), 1992. BELEZA, Teresa Pizarro: *Apontamentos de Processo Penal* (Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, FDL, 1991/92, 1992/93 e 1994/95), com a colaboração de outros Autores, 3 vols., Lisboa, 1995. BUCHO, José Manuel da Cruz *et al*: *Cooperação Internacional Penal*, Vol. I, Lisboa, 2000. CORREIA, João Conde: *Contributo para a análise da inexistência e das nulidades processuais penais*, Coimbra, 1999. DIAS, Jorge de Figueiredo: *Direito Processual Penal*, Coimbra (reimp., 2004), 1974. MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO: *Código de Processo Penal – Comentários e notas práticas*, Coimbra, 2009. MATA-MOUROS, Maria de Fátima: *Juiz das Liberdades – Desconstrução de um mito processual*, Coimbra, 2011. NEVES, R. Castanheira: *As ingerências nas comunicações electrónicas em Processo Penal – Natureza e respectivo regime jurídico do correio electrónico enquanto meio de obtenção de prova*, Coimbra, 2011. RAMOS, Vânia Costa: *Ne bis in idem e União Europeia*, Coimbra, 2009. RODRIGUES, Benjamin Silva: (2010) *Da prova penal*, Tomo II, Lisboa, 2010; *Da prova penal*, Tomo I, 2.ª ed., Coimbra, 2009; *A monitorização dos fluxos informacionais e comunicacionais*, Vols. I e II, Coimbra, 2009. SILVA, Germano Marques da: (2008) *Curso de Processo Penal*, Vol. I, II e III, Lisboa, 2008.

2.º Módulo:

AGUILAR, Francisco, “Direito ao recurso, graus de jurisdição e celeridade processual”, *Dir.*, 2006, pp. 295-311; ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª ed., Lisboa, 2011; ANDRADE, Manuel da Costa, “Bruscamente no Verão Passado”, *a Reforma do Código de Processo Penal – Observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente*, Coimbra, 2009; ANTUNES, Maria João, BRANDÃO, Nuno, e FIDALGO, Sónia, “A reforma do sistema de recursos em processo penal à luz da jurisprudência constitucional”, *RPCC*, 2005, pp. 609-622; BRITO, Ana Maria Barata, “Recursos em processo penal – A interposição do recurso – O recurso da matéria de facto”, *Revista do CEJ*, n.º 9 (número especial *Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal – Estudos* organizadas pelo Centro de Estudos Judiciários), 2008, pp. 383-399; CORREIA, João Conde, *O “Mito do Caso Julgado” e a Revisão Propter Nova*, Coimbra, 2010; CUNHA, José Manuel Damião da, *O Caso Julgado Parcial – Questão da culpabilidade e questão da sanção num processo de estrutura acusatória*, Porto, 2002; - “Sobre a ‘vista’ do Ministério Público, junto do tribunal de recurso – Breves considerações sobre a posição institucional do MP junto do tribunal de recurso”, in Jorge de Figueiredo Dias (org.), *Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues*, vol. I, Coimbra, 2001, pp. 349-369; - “Algumas questões do actual regime de recursos em processo penal”, *RPCC*, 2012, pp. 261-301; LATAS, António João (org.), *Mudar a Justiça Penal – Linhas de reforma do processo penal português*, Coimbra, 2012; MATTA, Paulo Saragoça da, “O direito ao recurso ou o duplo grau de jurisdição como imposição constitucional e as garantias de defesa dos arguidos no processo penal português”, *Revista Jurídica*, 1998, pp. 323-411; MESQUITA, Paulo Dá, “Sobre recursos em processo penal – Notas sobre alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto”, in Conceição Gomes e José Mouraz Lopes (org.), *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e eficácia*, Coimbra, 2008; *O Sistema de Recursos em Processo Civil e em Processo Penal*, Ministério da Justiça, Coimbra, 2006; POÇAS, Sérgio Gonçalves, “Processo penal quando o recurso incide sobre a decisão da matéria de facto”, *Julgar*, 2010, pp. 21-37; SANTOS, Manuel Simas, “Nótulas sobre a revisão dos recursos em processo penal”, *Revista do Ministério Público*, 2006, pp. 43-76; SANTOS, Manuel Simas, e LEAL-HENRIQUES, Manuel, “O novo Código e os novos recursos”, in Jorge de Figueiredo Dias (org.), *Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues*, vol. I, Coimbra, 2001, pp. 767-799; - *Recursos em Processo Penal*, 8.ª ed., Lisboa, 2011; SERRANO, Rita, “A irrecorribilidade do despacho de pronúncia”, in Teresa Pizarro Beleza e Frederico de Lacerda da Costa Pinto (org.), *Prova Criminal e Direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal*, Coimbra, 2010; SILVA, Germano Marques da, *Curso de Processo Penal*, 3.º vol., 3.ª ed., Lisboa, 2009; - “Eficácia e garantia do modelo de recursos penais”, in Conceição Gomes e José Mouraz Lopes (org.), *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e eficácia*, Coimbra, 2008; VILALONGA, José Manuel, “Direito de recurso em processo penal”, in Maria Fernanda Palma (org.), *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, 2004, pp. 367-392.

Curricular unit sheet

Course Mestrado Profissionalizante

Curricular unit

Direito Processual Penal II

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Carlota Júlia Seabra Pizarro de Almeida – 2 hours per week



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão – 2 hours per week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

The course is taught only by responsible academic staff

Learning outcomes of the curricular unit

It is intended to deep the acquired knowledge during the graduation studies, with particular focus on issues considered more relevant to principles and guarantees, or increasing relevance towards the recent evolution of criminal matters.

Syllabus

Criminal investigation, proof and appeal. Defense guarantees: nemo tenetur se ipsum accusare. Proof. Economic crime. International cooperation in criminal matters. Appeal in criminal procedural law.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

Matters were chosen according their importance to constitutionally protected rights and freedoms and, moreover, its relevance to recent controversial issues, aiming to familiarize students with the latest trends in criminal proceedings.

Teaching methodologies (including evaluation)

Matters are lectured in theoretical/practical lessons, where students are invited to have an active participation. The final evaluation shall be achieved through oral or written presentations on topics of the program and a final written test.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The methodology allows to develop critical thinking and better perception of the main issues raised by the application of legal regimes within the subjects of the program.

Main Bibliography

First module:

AA.VV. : *Direito Penal Económico e Financeiro* (coord.: Maria Fernanda Palma *et al*), Coimbra, 2012. *Mudar a Justiça Penal – Linhas de reforma do processo penal português* (coord.: António João Latas), Coimbra, 2012. *Casos Práticos Resolvidos – Direito Processual Penal* (coord.: Paulo de Sousa Mendes), Lisboa, 2011. *As alterações de 2010 ao Código Penal e ao Código de Processo Penal* (coord: Rui do Carmo e Helena Leitão) CEJ, Coimbra, 2011. (2010) *2.º Congresso de Investigação Criminal* (coord.: Maria Fernanda Palma *et. al*), Coimbra: Almedina. *Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Figueiredo Dias* (coord.: Manuel da Costa Andrade *et. al.*), vols. I e III, Coimbra, 2010. *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano 1, n.º 1 (Janeiro-Março), 2010. *Elementos de Estudo – Direito Processual Penal* (coord.: Paulo de Sousa Mendes), Lisboa (reimp., 2010), 2009. *Que Futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português* (coord.: Mário Ferreira Monte *et. al.*), Coimbra, 2009. *A reforma do Direito Processual Penal português em perspectiva teórico-prática*, RPCC (número especial), 2009. *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e Eficácia* (coord.: José Mouraz Lopes), Coimbra, 2009. *Jornadas sobre a revisão do Código de Processo Penal – Estudos*, Revista do CEJ, n.º 9 (especial), 2008. *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (coord.: Maria Fernanda Palma), Coimbra, 2004. ANDRADE, Manuel da Costa: *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimp., 2006), 1992. BELEZA, Teresa Pizarro: *Apointamentos de Processo Penal* (Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano, FDL, 1991/92, 1992/93 e 1994/95), com a colaboração de outros Autores, 3 vols., Lisboa, 1995. BUCHO, José Manuel da Cruz *et al*: *Cooperação Internacional Penal*, Vol. I, Lisboa, 2000. CORREIA, João Conde: *Contributo para a análise da inexistência e das nulidades processuais penais*, Coimbra, 1999. DIAS, Jorge de Figueiredo: *Direito Processual Penal*, Coimbra (reimp., 2004), 1974. MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO: *Código de Processo Penal – Comentários e notas práticas*, Coimbra, 2009. MATA-MOUROS, Maria de Fátima: *Juiz das Liberdades – Desconstrução de um mito processual*, Coimbra, 2011. NEVES, R. Castanheira: *As ingerências nas comunicações electrónicas em Processo Penal – Natureza e respectivo regime jurídico do correio electrónico enquanto meio de obtenção de prova*, Coimbra, 2011. RAMOS, Vânia Costa: *Ne bis in idem e União Europeia*, Coimbra, 2009. RODRIGUES, Benjamin Silva: (2010) *Da prova penal*, Tomo II, Lisboa, 2010; *Da prova penal*, Tomo I, 2.ª ed., Coimbra, 2009; *A monitorização dos fluxos informacionais e comunicacionais*, Vols. I e II, Coimbra, 2009. SILVA, Germano Marques da: (2008) *Curso de Processo Penal*, Vol. I, II e



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

III, Lisboa, 2008.

Second module:

AGUILAR, Francisco, "Direito ao recurso, graus de jurisdição e celeridade processual", *Dir.*, 2006, pp. 295-311; ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª ed., Lisboa, 2011; ANDRADE, Manuel da Costa, "Bruscamente no Verão Passado", *a Reforma do Código de Processo Penal – Observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente*, Coimbra, 2009; ANTUNES, Maria João, BRANDÃO, Nuno, e FIDALGO, Sónia, "A reforma do sistema de recursos em processo penal à luz da jurisprudência constitucional", *RPCC*, 2005, pp. 609-622; BRITO, Ana Maria Barata, "Recursos em processo penal – A interposição do recurso – O recurso da matéria de facto", *Revista do CEJ*, n.º 9 (número especial *Jornadas sobre a Revisão do Código de Processo Penal – Estudos* organizadas pelo Centro de Estudos Judiciários), 2008, pp. 383-399; CORREIA, João Conde, *O "Mito do Caso Julgado" e a Revisão Propter Nova*, Coimbra, 2010; CUNHA, José Manuel Damião da, *O Caso Julgado Parcial – Questão da culpabilidade e questão da sanção num processo de estrutura acusatória*, Porto, 2002; - "Sobre a 'vista' do Ministério Público, junto do tribunal de recurso – Breves considerações sobre a posição institucional do MP junto do tribunal de recurso", in Jorge de Figueiredo Dias (org.), *Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues*, vol. I, Coimbra, 2001, pp. 349-369; - "Algumas questões do actual regime de recursos em processo penal", *RPCC*, 2012, pp. 261-301; LATAS, António João (org.), *Mudar a Justiça Penal – Linhas de reforma do processo penal português*, Coimbra, 2012; MATTA, Paulo Saragoça da, "O direito ao recurso ou o duplo grau de jurisdição como imposição constitucional e as garantias de defesa dos arguidos no processo penal português", *Revista Jurídica*, 1998, pp. 323-411; MESQUITA, Paulo Dá, "Sobre recursos em processo penal – Notas sobre alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto", in Conceição Gomes e José Mouraz Lopes (org.), *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e eficácia*, Coimbra, 2008; *O Sistema de Recursos em Processo Civil e em Processo Penal*, Ministério da Justiça, Coimbra, 2006; POÇAS, Sérgio Gonçalves, "Processo penal quando o recurso incide sobre a decisão da matéria de facto", *Julgar*, 2010, pp. 21-37; SANTOS, Manuel Simas, "Nótulas sobre a revisão dos recursos em processo penal", *Revista do Ministério Público*, 2006, pp. 43-76; SANTOS, Manuel Simas, e LEAL-HENRIQUES, Manuel, "O novo Código e os novos recursos", in Jorge de Figueiredo Dias (org.), *Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues*, vol. I, Coimbra, 2001, pp. 767-799; - *Recursos em Processo Penal*, 8.ª ed., Lisboa, 2011; SERRANO, Rita, "A irrecorribilidade do despacho de pronúncia", in Teresa Pizarro Beleza e Frederico de Lacerda da Costa Pinto (org.), *Prova Criminal e Direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal*, Coimbra, 2010; SILVA, Germano Marques da, *Curso de Processo Penal*, 3.º vol., 3.ª ed., Lisboa, 2009; - "Eficácia e garantia do modelo de recursos penais", in Conceição Gomes e José Mouraz Lopes (org.), *A Reforma do Sistema Penal de 2007 – Garantias e eficácia*, Coimbra, 2008; VILALONGA, José Manuel, "Direito de recurso em processo penal", in Maria Fernanda Palma (org.), *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, 2004, pp. 367-392.